

**ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO DAS PARCERIAIS - PRIVADAS**

Nº	DOCUMENTOS	S/N	OBSERVAÇÃO
1	<b>Ofício de solicitação, conforme Modelo 01.</b>		
2	<p><b>Plano de Trabalho nos termos do art.22 da Lei Federal 13.019/2014, conforme Modelo 02.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Obrigatório (Físico – assinado e datado)               <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Identificação do objeto a ser executado;</li> <li>2) Previsão de início e fim da execução do objeto, bem como, da conclusão das etapas ou fases programadas;</li> <li>3) Histórico da Proponente com o Projeto/Atividades;</li> <li>4) Metas a serem atingidas;</li> <li>5) Etapas ou fases de execução;</li> <li>6) Contrapartida;</li> <li>7) Plano de aplicação dos recursos financeiros;</li> <li>8) Cronograma de desembolso.</li> </ol> </li> </ul>		
3	<p><b>Orçamentos/Propostas:</b> Apresentação de no mínimo, 03 (três) orçamentos de empresas que tenham atividades compatíveis com o objeto do orçamento, para fornecimento de materiais e/ou prestação de serviços, tendo como anexo cópia do cartão de CNPJ (CNAE).</p> <p>As propostas devem ser apresentadas em: papel timbrado das empresas, contendo CNPJ, de preferência com os carimbos, assinatura do responsável pelas informações da cotação e período de validade dos preços.</p> <p><b>Mapa Comparativo dos Preços dos Orçamentos Apresentados, contendo:</b> o nome das empresas (com CNPJ), valor cotado e o menor preço orçado apresentado. <b>Modelo 03.</b></p>		

4	<p><b>Cópia do Estatuto registrado e de eventuais alterações da Organização Social da OSC que deverá prever <u>EXPRESSAMENTE</u>, de acordo com a Lei Federal 13.019/2014:</b></p> <p>1) Que seus objetivos são voltados à promoção de atividades e finalidade de relevância pública e social;</p> <p>2) Que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014, cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.</p> <p>3) Que a escrituração seja de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.</p> <p><b>Observação:</b> Tratando-se de organização religiosa, não há exigência de previsão expressa.</p>		
5	<p><b>Ata de eleição</b> do quadro dirigente atual (Art. 34, V, Lei 13.019/2014).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Registrada em cartório.</li> </ul>		
6	<p><b>Relação nominal atualizada dos dirigentes</b> da entidade nos termos do art.34, inciso VI da Lei 13.019/2014.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Informações obrigatórias</u> (Nome, endereço, RG com órgão expedidor e CPF).</li> </ul>		
7	<p><b>Certidão de existência jurídica (Certidão de Inteiro Teor)</b> expedida pelo cartório de registro civil ou, <b>tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por Junta Comercial.</b></p>		
8	<p><b>Documentos Pessoais do Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro ou Diretor Financeiro da entidade.</b></p> <p>1) Cópia da cédula de identidade;</p> <p>2) Cópia do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;</p> <p>3) Cópia do comprovante de residência, com validade de até 03 (três) meses, antes da apresentação.</p> <p><b>Observação:</b> Caso não tenha comprovante de residência em seu nome, deverá apresentar declaração do responsável pelo imóvel informando que reside no local, com <b>firma reconhecida em cartório. Conforme modelo 05.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>PROCURAÇÃO (autenticada em cartório)</b> se for o caso, com cópia da cédula de identidade, CPF e comprovante de residência do procurador.</li> </ul>		

9	<p><b>Comprovante de que a OSC funciona no endereço declarado, através dos seguintes documentos:</b></p> <p><b>1)</b> Contrato de Aluguel, autenticado em cartório, ou Termo de Cessão com firma reconhecida em cartório ou;</p> <p><b>2)</b> Comprovante de Residência em nome da OSC, com validade de até 03 (três) meses, antes da apresentação ou; Declaração de habitação/funcionamento, quando comprovante de residência não for em nome da OSC, deverá apresentar declaração do responsável pelo imóvel informando que a sede da OSC está no seu endereço, com <b>firma reconhecida em cartório.</b></p>		
10	<p><b>Apresentação do espelho de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, com exigência, de no mínimo 03 (três) anos de existência,</b> com cadastro ativo atualizado, nos termos do art.33, inciso V, alínea a, da Lei 13.019/2014 e art. 11, Inciso II, do Decreto Municipal nº 067/E.</p>		
11	<p><b>Comprovação de experiência prévia do objeto da parceria ou de natureza semelhante de, no mínimo 03 (três) anos de capacidade técnica e operacional,</b> nos termos do art.26, inciso III, do Decreto Federal nº 8.726/2016, e conforme dispõe o art. 11, Inciso II, do Decreto Municipal nº 067/E. Com apresentação de no mínimo <b>03 (três) evidências.</b></p> <p><b>Exemplos:</b> Instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil; relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas; publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela; Atestados de experiência prévia e/ou de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil OU prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior.</p>		

12	<p><b>Prova de Regularidade</b> Fiscal, Previdenciária, Tributária, de Contribuições e de Dívida Ativa (<b>Certidões Negativas ou Positiva com efeito de Negativa</b>) Todas as certidões devem estar válidas e validadas na data da emissão da nota de empenho.</p> <p>a) Certidão Negativa Conjunta Fazenda Federal e Dívida Ativa da União; b) Certidão Negativa Estadual; c) Certidão Negativa Municipal; d) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (CRF/FGTS); e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; f) Certidão de Ações de Concordata e Falência (TJ/RR).</p>		
13	<p><b>Comprovante de abertura da conta bancária específica</b> (Termo de Abertura da Conta) 1) Conta bancária em banco público (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal)</p>		
14	<p><b>Declaração de Veracidade das documentações apresentadas e de Responsabilidade das informações. Modelo 04.</b></p>		
15	<p><b>Declaração sobre existência de instalações e outras condições materiais</b> nos termos do art.26, inciso X, do Decreto Federal nº 8.726/2016 conforme <b>Modelo 05.</b></p>		
16	<p><b>Declaração de Atendimento aos princípios e normas da contabilidade</b> da entidade nos termos do art.33, inciso IV da Lei. <b>Conforme Modelo 06.</b></p>		
17	<p><b>Declaração de que desempenhou atividades referente ao objeto do Plano de Trabalho nos últimos 03 (três) anos. Conforme Modelo 07.</b></p>		
18	<p><b>Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. Modelo 08.</b></p>		
19	<p><b>Declaração de inexistência de impedimentos</b> nos termos do art.39 da Lei 13.019/2014, conforme <b>Modelo 09.</b></p>		
20	<p><b>Declaração de disponibilidade de contrapartida</b> nos termos do art.35 § 1º da Lei 13.019/2014, conforme <b>Modelo 10.</b></p>		
<p><b>OBSERVAÇÕES GERAIS:</b> Na impossibilidade do atendimento de qualquer item, apresentar justificativa.</p>			